

7 AGO 1985

As vantagens do acordo externo de dois anos

JÁ está praticamente acertado que os acordos definitivos com o Fundo Monetário e os bancos credores não serão fechados de imediato: o acordo provisório com os bancos, ora em vigor, será adiado por três ou quatro meses para ensejar negociações mais demoradas, a vigorar a partir de 1986. O que não está decidido é se o acordo a ser tentado no fim do ano terá prazo de 15 anos — como havia sido cogitado — ou de apenas 2 anos.

O que poderá mudar nos próximos dois anos no ambiente que cercará a renegociação da dívida brasileira? Há quem considere que seria desvantajoso para o Brasil fechar este ano um acordo por 15 anos. Preferível seria fechar um acordo por dois anos e rediscuti-lo em 1987, quando poderemos contar com melhores condições.

O México fez seu acordo por prazo longo e estaria agora se debatendo com dificuldades de cumpri-lo. A Argentina preferiu o prazo de dois anos e assim pensam muitos dos técnicos do Ministério do Planejamento.

Nesta decisão hão de ser consideradas variáveis internas e externas. A maior variável interna é a grande incógnita de 1986: que ocorrerá com a inflação no ano vindouro? As variáveis externas se situam nas hipóteses de evolução da liquidez, nos juros e **spreads** dos financiamentos internacionais — serão maiores ou menores? Mas há também a serem consideradas as condições políticas, que possivelmente evoluam a favor dos devedores.

A grande dúvida, no entanto, reside na circunstância de que enquanto não forem renegociados os contratos em vigor, o Brasil continuará pagando os elevados **spreads** que vigoram nos financiamentos originais e não os percentuais mais reduzidos estabelecidos no acordo do México e na minuta negociada pelo Sr. Afonso Celso Pastore.

Visão do Ibmecc

O vice-presidente do Ibmecc, Paulo Guedes, lembrou que fechar um acordo com o FMI a partir de janeiro de 86 significa que o país ficará até meados de 87 atrelado ao programa de crédito **standy by** daquela instituição, com duração de 18 meses.

O economista acha que o acordo não foi possível agora porque o Governo brasileiro levou a Washington “um pacote de corte do déficit público insuficiente para 85 e uma interrogação para 86”. O FMI, por sua vez, desejava um programa que exibisse “a determinação política de cortar o déficit para baixar a inflação” durante os 18 meses de duração do **stand by**.

Para Paulo Guedes, o Brasil deve aproveitar o restante de 85 para exercer a redução do déficit público pois, assim, “ficará mais fácil conversar com o Fundo em 86”. Quanto aos grandes bancos credores, na sua opinião, não têm alternativa senão continuar rolando a dívida, pois o país segue em dia com os juros, desembolsando cerca de 1 bilhão de dólares por mês.